

Empresa de
Transmissão do
Espírito Santo S.A.

**Demonstrações contábeis
regulatórias em 31 de dezembro
de 2018 e 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	3
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	12



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Diretores da
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais assuntos de auditoria

Valorização do ativo imobilizado - Nota Explicativa n.º 4.1 às Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui registrado no seu Balanço Patrimonial o montante de R\$ 52.209 mil relativo ao seu ativo imobilizado líquido. Esses ativos são mensurados ao custo histórico de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável, menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

A Companhia considera as estimativas de vida útil determinadas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) para fins de determinação da depreciação dos seus ativos de transmissão. Devido ao fato desses ativos serem os elementos mais relevantes das demonstrações contábeis regulatórias que influenciam diretamente o resultado da atividade e conseqüentemente o patrimônio líquido e o ativo total, no contexto das demonstrações contábeis regulatórias como um todo, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento do desenho e implementação dos controles internos chave relacionados à depreciação do ativo imobilizado. Avaliamos as políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado e confrontamos os mapas auxiliares relativos ao ativo imobilizado com os saldos contábeis. Adicionalmente, em base amostral, efetuamos o recálculo da depreciação do ativo imobilizado com base nas vidas úteis determinadas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE), confrontando o resultado do recálculo com os saldos contábeis. Por fim, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas sobre o ativo imobilizado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES a cumprir os requerimentos da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 28 de março de 2019.



Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas



conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de abril de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Anselmo Neves Macedo
Contador CRC 1SP160482/O-6

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

CNPJ: 08.600.252/0001-63

Balancos Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativo			
Ativo circulante		28.411	7.220
Caixa e equivalentes de caixa	7.2	25.507	2.631
Títulos e valores mobiliários	7.2	-	2.175
Concessionárias e permissionárias	4	1.512	1.580
Outros ativos circulantes		1.392	834
Ativo não circulante		53.589	55.557
Concessionárias e permissionárias	4	120	103
Outros ativos não circulantes		234	197
Imobilizado	5.1	52.209	54.231
Intangível	5.2	1.026	1.026
Total do ativo		82.000	62.777
Passivo			
Passivo circulante		16.697	9.184
Fornecedores		48	71
Empréstimos, financiamentos e debêntures	7.3	7.981	-
Obrigações sociais e trabalhistas		268	204
Tributos e contribuições sociais a recolher		422	142
Partes relacionadas - Dividendos declarados	11.2	7.059	7.755
Adiantamento de clientes		-	156
Encargos setoriais		896	839
Outros passivos circulantes		23	17
Passivo não circulante		28.067	12.182
Empréstimos, financiamentos e debêntures	7.3	27.831	-
Provisão para litígios		10	119
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	12.000
Outros passivos não circulantes		226	63
Total do passivo		44.764	21.366
Patrimônio líquido		37.236	41.411
Capital social	9.1	29.064	29.064
Reservas de lucros	9.2	8.172	12.347
Total do patrimônio líquido		37.236	41.411
Total do passivo e do patrimônio líquido		82.000	62.777

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

CNPJ: 08.600.252/0001-63

Demonstrações do Resultado

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Operações em Continuidade			
Receita / Ingresso			
Disponibilização do Sistema de Transmissão	9	15.695	15.714
(-) Parcela Variável			-
Tributos			
PIS-PASEP		(228)	(192)
Cofins		(1.049)	(884)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(137)	(140)
Reserva Global de Reversão - RGR		(408)	(409)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(63)	(63)
		13.810	14.026
Receita Líquida / Ingresso Líquido		13.810	14.026
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis			
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e Administradores	10	(1.354)	(1.162)
Material		(67)	(119)
Serviços de Terceiros		(1.026)	(1.083)
Arrendamento e Aluguéis		(216)	(237)
Seguros		(28)	(31)
Doações, Contribuições e Subvenções		(76)	-
Provisões		(161)	29
Tributos		(58)	(17)
Depreciação e Amortização		(2.167)	(2.880)
Outras Despesas Operacionais		(2)	34
		8.655	8.560
Resultado da Atividade		8.655	8.560
Resultado Financeiro			
Despesas Financeiras		(1.292)	(1.657)
Receitas Financeiras		867	640
		8.230	7.543
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		8.230	7.543
Despesa com Impostos sobre o Lucro	11	(683)	(466)
Resultado Líquido das Operações em Continuidade		7.547	7.077
		7.547	7.077
Resultado do Exercício		7.547	7.077
Lucro Por Ação			
		7.547	-
Básico - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,259668	0,202450
Diluído - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,259668	0,202450
Lucro por Ação Originado das Operações em Continuidade			
Básico - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,259668	0,202450
Diluído - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,259668	0,202450

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

CNPJ: 08.600.252/0001-63

Demonstrações do Resultado Abrangente

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Resultado do Exercício	7.547	7.077
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Outros Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	-	-
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	<u>7.547</u>	<u>7.077</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

CNPJ: 08.600.252/0001-63

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucro	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	29.064	13.025	-	42.089
Incentivos Fiscais	-	1.286	(1.286)	-
Dividendos Adicionais Aprovados	-	(1.536)	1.536	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	7.077	7.077
Reserva Legal	-	395	(395)	-
Dividendos	-	-	(7.755)	(7.755)
Reserva de lucros	-	(823)	823	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	29.064	12.347	-	41.411
Incentivos Fiscais	-	1.637	(1.637)	-
Dividendos Adicionais Propostos	-	(4.664)	-	(4.664)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	7.547	7.547
Destinação Proposta à A.G.O.:				
Reserva Legal	-	433	(433)	-
Dividendos	-	(5.413)	(1.645)	(7.058)
Reserva de lucros	-	3.832	(3.832)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	29.064	8.172	-	37.236

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

CNPJ: 08.600.252/0001-63

Demonstrações do fluxo de caixa

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	8.230	7.543
Itens que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Depreciação	2.167	2.880
Juros e Variações Monetárias	1.211	1.621
Outros	(30)	(270)
	<u>11.578</u>	<u>11.774</u>
Redução (Aumento) de Ativos		
Concessionários	-	77
Outros	(514)	1.157
	<u>(514)</u>	<u>1.234</u>
Aumento (Redução) de Passivos		
Encargos Setoriais	-	106
Fornecedores	(23)	61
Obrigações sociais e trabalhistas	-	69
Tributos e Contribuição Social	(109)	(416)
Outros	32	(751)
	<u>(100)</u>	<u>(931)</u>
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(502)	(72)
	<u>10.462</u>	<u>12.005</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Imobilizado	-	(90)
Intangível	-	(74)
Participação Financeira do Consumidor	2.200	271
Resgate de títulos e valores mobiliários	2.200	271
	<u>2.200</u>	<u>107</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Adiantamento para futuro aumento de capital	(12.000)	12.000
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	(12.418)	-
Empréstimos e Financiamentos Pagos	39.758	(21.822)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	(1.126)	(1.686)
Pagamento de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil	(4.000)	-
	<u>10.214</u>	<u>(11.508)</u>
AUMENTO LÍQUIDO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
	22.876	604
DEMONSTRAÇÃO DO AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	2.631	2.027
No fim do exercício	<u>25.507</u>	<u>2.631</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

CNPJ: 08.600.252/0001-63

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão				
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
006/2007	30	2037	R\$ 14.308	IPCA

Em 12 de dezembro de 2008, entrou em operação comercial a citada linha de transmissão e a respectiva subestação, em 3 de maio de 2009 a 1ª RBNI e em 6 de julho de 2010 a 2ª RBNI.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. (a “Companhia” ou “ETES”) está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa n.º 605, de 11 de março de 2014.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis regulatórias em 30 de abril de 2019.

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

CNPJ: 08.600.252/0001-63

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Base de mensuração: As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

Moeda funcional e de apresentação: As informações contábeis regulatórias foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Essas Demonstrações Contábeis são separadas das Demonstrações Contábeis Estatutárias Societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As diferenças estão demonstradas na nota explicativa nº 13, para melhor entendimento do leitor.

2.1 Mudança nas principais políticas contábeis

A Companhia adotou o CPC 47 Receitas de Contratos com Clientes e o CPC 48 Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018.

CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes

A Companhia adotou o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicou os requerimentos exigidos pela norma para o exercício comparativo apresentado, sendo assim os ajustes dos saldos contábeis foram registrados em lucros acumulados. Esta norma requer que a Companhia deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Portanto, a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável.

A Companhia avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis, concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pela nova norma, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de outra obrigação de desempenho. A ANEEL ainda não se manifestou quanto a aderência desta norma, desta forma, as

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

CNPJ: 08.600.252/0001-63

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Demonstrações Contábeis Regulatórias não contemplam os ajustes realizados nas Demonstrações Contábeis Societárias.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 trouxe como principais modificações, para a Companhia: (i) requerimentos de redução ao valor recuperável (impairment) para ativos financeiros passando para o modelo de perdas esperadas em substituição ao modelo de perdas incorridas e (ii) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros. A ANEEL ainda não se manifestou quanto a aderência desta norma, desta forma, as Demonstrações Contábeis Regulatórias não contemplam os ajustes realizados nas Demonstrações Contábeis Societárias.

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48 foram aplicadas retrospectivamente, conforme requerido pela norma. A Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada na adoção da nova norma e identificou os seguintes aspectos:

• Classificação e mensuração

Em relação à classificação e mensuração dos ativos financeiros, a Companhia alterou a classificação nas rubricas relacionadas abaixo. A alteração na classificação não impactou a mensuração dos itens não havendo, assim, impacto significativo das demonstrações contábeis.

	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48
Caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado	Valor justo por meio de resultado
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	Valor justo por meio de resultado
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado

Em relação à classificação dos passivos financeiros, a Companhia não possui montantes mensurados ao VJR, portanto, não houve impacto nas demonstrações contábeis regulatórias decorrentes da adoção da norma.

• Redução ao valor recuperável – Ativos financeiros

A Companhia optou pela aplicação da abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em todos os créditos, resultando em uma aceleração no reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável em seus ativos financeiros. A Companhia não identificou impactos significativos na adoção deste pronunciamento.

3. Sumário das Práticas Contábeis Regulatórias

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa: A provisão para créditos de liquidação duvidosa, usando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. Em 31 de dezembro de 2018 a administração avaliou não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

CNPJ: 08.600.252/0001-63

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Ativos financeiros: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários são classificados em “valor justo por meio do resultado”.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía nenhum intangível qualificável elegível a capitalização dos encargos de dívidas.

Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

Passivos financeiros: Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Fornecedores, empréstimos e financiamentos são classificados como outros passivos financeiros.

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

CNPJ: 08.600.252/0001-63

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Instrumentos financeiros – apresentação líquida: Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Provisões: Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

Provisões para contingências: As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis regulatórias devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

Tributação

Impostos sobre a receita

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) – 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,60%.

Imposto de renda e contribuição social:

- Correntes

O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia são calculados pelo regime de lucro real, nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social sobre o lucro tributável.

A Companhia possui incentivo fiscal aprovado pela SUDAM que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

- Diferidos

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

CNPJ: 08.600.252/0001-63

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

Reconhecimento da receita: A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Desta forma a receita é reconhecida mediante a disponibilização do sistema de transmissão.

Receita anual permitida (RAP): A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.

Receita de juros: A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

Resultado por ação: A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

Dividendos: Os dividendos propostos a serem pagos é fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, conforme previsto em lei, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio.

Taxas regulamentares:

Reserva Global de Reversão (RGR): Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE): São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

CNPJ: 08.600.252/0001-63

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.1 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para pagamentos futuros e um ativo representando o direito de usar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento.

Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de amortização do ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de eventos como, mudança no prazo do arrendamento, nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos. Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso. A Companhia possui baixo volume com contratos de arrendamentos e cujos valores não são representativos, assim não espera impactos significativos nas demonstrações financeiras com a adoção do CPC 06 (R2).

ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda

Essa interpretação, vigente para exercícios financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32.

A Companhia está em processo de avaliação das incertezas e não espera impactos significativos em suas demonstrações financeiras.

4. Concessionárias e Permissionárias

Composição das Contas a Receber

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES				TOTAL 2018	TOTAL 2017
	CORRENTE A VENCER	CORRENTE VENCIDA				
		Até 60 dias	Até 90 dias	De 181 a 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1.523	7	4	98	1.632	1.683
TOTAL	1.523	7	4	98	1.632	1.683

Os clientes vencidos a mais de 360 dias são monitorados pela Companhia e até o momento não houve a conclusão de que devemos constituir uma provisão para perdas nesse caso.

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

CNPJ: 08.600.252/0001-63

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

5. Imobilizado e Intangível

5.1. A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Transmissão	71.577	-	-	-	71.577	-	(2.167)	51.617	53.785
Terrenos	187	-	-	-	187	-	-	187	187
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2.201	-	-	-	2.201	-	(69)	1.516	1.585
Máquinas e Equipamentos	69.181	-	-	-	69.181	-	(2.098)	49.909	52.009
Móveis e Utensílios	8	-	-	-	8	-	-	4	4
	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	29	-	-	-	29	-	(1)	4	5
Máquinas e Equipamentos	27	-	-	-	27	-	(1)	3	4
Móveis e Utensílios	2	-	-	-	2	-	-	1	1
Subtotal	71.606	-	-	-	71.606	-	(2.168)	51.621	53.790

Ativo Imobilizado em Curso	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Transmissão	323	147	-	-	447	131	-	470	323
Máquinas e Equipamentos	52	21	-	-	73	21	-	300	279
Móveis e Utensílios	45	16	-	-	61	16	-	16	-
Outros	226	110	-	-	313	110	-	154	44
Administração	118	-	-	-	118	-	-	118	118
Outros	118	-	-	-	118	-	-	118	118
Subtotal	441	147	-	-	565	131	-	588	441
Total do Ativo Imobilizado	72.047	147	-	-	72.171	131	(2.168)	52.209	54.231

5.2. A composição do intangível é como segue:

Intangível	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Ativo Intangível em Serviço									
Transmissão	922	-	-	-	-	922	-	922	922
Serviços	922	-	-	-	-	922	-	922	922
Subtotal	922	-	-	-	-	922	-	922	922
Ativo Intangível em Curso									
Transmissão	104	-	-	-	-	104	-	104	104
Serviços	75	-	-	-	-	75	-	75	75
Softwares	29	-	-	-	-	29	-	29	29
Subtotal	104	-	-	-	-	104	-	104	104
Total do Ativo Intangível	1.026	-	-	-	-	1.026	-	1.026	1.026

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

CNPJ: 08.600.252/0001-63

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

5.3. As taxas médias anuais de depreciação da Companhia são conforme segue:

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2018		2017
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido
Em serviço				
Transmissão		71.577	(19.960)	51.617
Custo Histórico	4,01%	71.577	(19.960)	51.617
Administração		29	(0)	29
Custo Histórico	24%	29	(0)	29
		71.606	(19.961)	51.645
Em Curso				
Transmissão		448	-	448
Administração		118	-	118
		566	-	566
		72.172	(19.961)	52.209

5.4. A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso	Material / Equipamentos	Total
Máquinas e Equipamentos	22	22
Outros	103	103
Total das Adições	125	125

5.5. As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº. 674 de 2015 são as seguintes:

Transmissão	Taxas anuais de depreciação (%)
Condutor do sistema	2,70
Equipamento geral	6,25
Estrutura do sistema	2,70
Religadores	4,00

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

CNPJ: 08.600.252/0001-63

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6. Debêntures

a. O saldo das debêntures é composto da seguinte forma:

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pgio Juros	Frequência Pgio Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização
2	Financ. / Emprést. Moeda Nacional	30	7.951	27.831	35.812											
2.1	1ª Emissão Debêntures	30	7.951	27.831	35.812	Sim	Jun-18	Avul/Fiança	DI	112%	26/07/2018	26/12/2022	Mensal	26/06/2023	Mensal	SAC
8	Total por Dívida	-	7.951	27.831	35.812											
8.1	Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-											
8.2	Financ. / Emprést. Moeda Nacional	30	7.951	27.831	35.812											

Em 26 de junho de 2018 a Companhia realizou a 1ª emissão de 40.000 debêntures com valor unitário de R\$ 1, a serem emitidas em série única, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, perfazendo um montante de R\$ 40.000, cuja a efetiva data de liquidação da operação ocorreu somente em 23 de julho de 2018. As debentures terão prazo de vencimento de 5 (cinco anos) contados a partir da data de emissão, vencendo, portanto, em 26 de junho de 2023. A remuneração das debêntures contempla juros de 112,00% ao ano, incidente sobre o valor nominal unitário das taxas médias diárias do DI, base de 252 dias.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento de todas essas obrigações definidas na escritura de emissão. Em 31 de dezembro de 2018, todas as obrigações especificadas foram cumpridas.

Conforme previsto em escritura, o valor será amortizado em parcelas mensais e consecutivas.

Todos os recursos obtidos com os empréstimos e financiamentos foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, foram utilizados na implantação do empreendimento.

b. As movimentações de debêntures e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:

Moeda nacional e estrangeira	Saldo inicial	Ingresso de dívidas	Provisão de encargos	Amortização do principal	Amortização do encargos	Saldo final
Instituições financeiras / credores	31/12/2017					31/12/2018
BANCO BRADESCO BBI S.A	-	39.758	1.180	(4.000)	(1.126)	35.812
	-	39.758	1.180	(4.000)	(1.126)	35.812

7. Empréstimos e Financiamentos

7.1. Abertura do Endividamento

Em 31 de dezembro de 2018:

Em 14 de dezembro de 2017 houve a liquidação antecipada de todos os contratos abaixo mencionados.

Em 31 de dezembro de 2018:

Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						
2020	2021	2022	2023	2024	2024+	Total
7.952	7.952	7.952	3.975	-	-	27.831
7.952	7.952	7.952	3.975	-	-	27.831
7.952	7.952	7.952	3.975	-	-	27.831
-	-	-	-	-	-	-
7.952	7.952	7.952	3.975	-	-	27.831

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

CNPJ: 08.600.252/0001-63

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7.2. Abertura dos Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2018:

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total
9	Ativos Financeiros	-	25.507	-	25.507
9.1	Caixa e Aplicações Financeiras	-	25.507	-	25.507
9.1.1	Saldo Final de Caixa - Conta 111	-	25.507	-	25.507
9.1.5	Aplic. Financ. ou Ativo Financ. 01	-	-	-	-

Em 31 de dezembro de 2017:

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total
9	Ativos Financeiros	-	4.806	-	4.806
9.1	Caixa e Aplicações Financeiras	-	4.806	-	4.806
9.1.1	Saldo Final de Caixa - Conta 111	-	2.631	-	2.631
9.1.5	Aplic. Financ. ou Ativo Financ. 01	-	2.175	-	2.175

7.3. Composição do Endividamento e Dívida Líquida

LIN	RESUMO	Juros de	Principal	Principal +	Total	Total
		Curto Prazo	Curto Prazo	Juros LP	2018	2017
11	(+) Dívida Bruta	30	7.951	27.831	35.812	-
11.2	Financ. / Emprést. Moeda Nacional	30	7.951	27.831	35.812	-
12	(-) Ativos Financeiros	-	(25.507)	-	(25.507)	(4.806)
12.1	Alta Liquidez	-	(25.507)	-	(25.507)	(2.631)
12.2	Demais Aplicações Financeiras	-	-	-	-	(2.175)
13	(+) Dívida Líquida I	30	(17.556)	27.831	10.305	(4.806)
14	(+/-) Derivativos / Fair Value	-	-	-	-	-
15	(+) Dívida Líquida II	30	(17.556)	27.831	10.305	(4.806)

8. Partes relacionadas

8.1 Remuneração da alta Administração

Em conformidade com o CPC 5 (R1), a Administração identificou como parte relacionada a remuneração da diretoria e do conselho de administração cujos valores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foi de R\$ 215 e R\$ 178, respectivamente, composta por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

8.2 Dividendos

A Companhia possui em aberto os valores de dividendos mínimos obrigatórios apurados no exercício findo de 31 de dezembro de 2018, descritos na nota explicativa 12.2, totalizando R\$ 7.059.

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

CNPJ: 08.600.252/0001-63

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

9 Patrimônio Líquido

9.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 29.064, representados por 29.064.000 ações ordinárias nominativas.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é a seguinte:

Acionistas	31/12/2018		31/12/2017	
	Ordinárias	%	Ordinárias	%
Alupar Investimentos S/A	29.063.999	100,00	29.063.999	100,00
Membros do Conselho da Administração	1	0,00	1	0,00
	<u>29.064.000</u>	<u>100,00</u>	<u>29.064.000</u>	<u>100,00</u>

9.2 Reserva legal e destinação do resultado:

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social ou 20% do capital social somado ao valor total das reservas.

(*) A distribuição dos dividendos adicionais está sendo propostas "ad referendum" à assembleia de acionistas.

	31/12/2018	31/12/2017
Reservas de lucros		
Reserva legal	3.214	2.781
Reserva especial para incentivos fiscais	4.468	2.831
Outras	490	6.735
	<u>8.172</u>	<u>12.347</u>

10 Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	R\$ Mil	
	31/12/2018	31/12/2017
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	15.695	15.714
Total	<u>15.695</u>	<u>15.714</u>

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

CNPJ: 08.600.252/0001-63

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

11 Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal	1.354	984
Remuneração	463	542
Encargos	-	194
Previdência privada	-	1
Serviços de terceiros	512	-
Material	54	-
Assistência médica	-	68
Aluguéis	123	-
Seguros	25	-
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	-	117
Provisão (reversão) para contingências	161	-
Outros	16	62
Administradores	-	178
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	-	122
Benefícios dos administradores	-	56
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	1.354	1.162

12 Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	8.230	7.543
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota nominal	2.798	2.565
Efeitos fiscais sobre:	-	-
Incentivos fiscais - SUDAM	(1.876)	(1.286)
Outros	(240)	(813)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	683	466

13 Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

A Companhia é administrada como única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

CNPJ: 08.600.252/0001-63

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

14 Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

CNPJ: 08.600.252/0001-63

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Ativo

Ativo Circulante

Caixa e Equivalentes de Caixa	25.507	-	25.507	2.631	-	2.631
Concessionárias e Permissionárias	1.512	-	1.512	1.580	(1.580)	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	2.175	-	2.175
Contas a Receber Ativo Financeiro	-	-	-	-	17.466	17.466
Outros Ativos Circulantes	1.392	17.240	18.632	834	-	834

Ativo Não Circulante

Concessionárias e Permissionárias	120	-	120	103	(103)	-
Contas a Receber Ativo Financeiro	-	-	-	-	72.907	72.907
Contas a receber ativo contratual	-	124.818	124.818	-	-	-
Outros Ativos Não Circulantes	234	(61)	173	197	(61)	136
Imobilizado	52.209	(52.054)	159	54.231	(54.072)	159
Intangível	1.026	(1.026)	-	1.026	(1.026)	-

Total do Ativo

82.000	88.917	170.921	62.777	33.531	96.308
---------------	---------------	----------------	---------------	---------------	---------------

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

CNPJ: 08.600.252/0001-63

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2018			31/12/2017		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
<u>Passivo Circulante</u>						
Fornecedores	48	-	48	71	-	71
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	7.981	-	7.981	-	-	-
Obrigações Sociais e Trabalhistas	268	-	268	204	-	204
Tributos e contribuições sociais a recolher	422	24	446	142	24	166
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio	7.059	-	7.059	7.755	-	7.755
Encargos Setoriais	896	-	896	839	-	839
Outros Passivos Circulantes	23	-	23	173	(157)	16
<u>Passivo Não Circulante</u>						
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	12.000	-	12.000
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	27.831	-	27.831	-	-	-
Tributos e contribuições sociais a recolher	-	-	-	-	496	496
Provisão para Litígios	10	-	10	119	-	119
Tributos Diferidos	-	38.589	38.589	-	10.110	10.110
Outros Passivos Não Circulantes	226	(2)	228	63	-	63
Total do Passivo	44.764	38.611	83.379	21.366	10.473	31.839
Patrimônio Líquido						
Capital Social	29.064	-	29.064	29.064	-	29.064
Reservas de Lucros	8.172	50.306	58.478	12.347	23.058	35.405
Total do Patrimônio Líquido	37.236	50.306	87.542	41.411	23.058	64.469
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	82.000	88.917	170.921	62.777	33.531	96.308

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

CNPJ: 08.600.252/0001-63

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2018			31/12/2017		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em Continuidade						
Receita / Ingresso						
Fornecimento de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-
Suprimento de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-	-	-	-	-
Disponibilização do Sistema de Transmissão	15.695	(15.695)	-	15.714	(15.714)	-
Receita de Operação e Manutenção	-	3.172	3.172	-	2.718	2.718
Receita de Implantação de Infraestrutura	-	-	-	-	80	80
Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão	-	11.528	11.528	-	12.420	12.420
Correção monetária do ativo contratual	-	1.538	1.538	-	-	-
(-) Parcela Variável	-	(112)	(112)	-	-	-
Tributos						
ICMS	-	-	-	-	-	-
PIS-PASEP	(228)	-	(228)	(192)	-	(192)
Cofins	(1.049)	-	(1.049)	(884)	-	(884)
ISS	-	-	-	-	-	-
Encargos - Parcela "A"						
PIS diferido	-	(7)	(7)	-	-	-
COFINS diferido	-	(33)	(33)	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(55)	-	(55)	(55)	-	(55)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-
Reserva Global de Reversão - RGR	(408)	-	(408)	(409)	-	(409)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(55)	-	(55)	(55)	-	(55)
Ministério de Minas e Energia - MME	(27)	-	(27)	(30)	-	(30)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(63)	-	(63)	(63)	-	(63)
Outros Encargos	-	(13)	(13)	-	-	-
Receita Líquida / Ingresso Líquido	13.810	378	14.188	14.026	(496)	13.530
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	13.810	378	14.188	14.026	(496)	13.530
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"						
Pessoal e Administradores	(1.354)	-	(1.354)	(1.162)	-	(1.162)
Material	(67)	-	(67)	(119)	-	(119)
Serviço de terceiros	(1.026)	-	(1.026)	(1.083)	-	(1.083)
Arrendamentos e aluguéis	(216)	-	(216)	(237)	-	(237)
Seguros	(28)	-	(28)	(31)	-	(31)
Doações, contribuições e subvenções	(76)	-	(76)	-	-	-
Provisões	(161)	-	(161)	29	-	29
Tributos	(58)	-	(58)	(17)	-	(17)
Depreciação	(2.167)	2.042	(125)	(2.880)	2.872	(8)
Outros	(2)	-	(2)	34	-	34
Custo de construção	-	(23)	(23)	-	(121)	(121)
Resultado da Atividade	8.655	2.397	11.052	8.560	2.255	10.815
Resultado Financeiro						
Despesas Financeiras	(1.292)	-	(1.292)	(1.657)	-	(1.657)
Receitas Financeiras	867	-	867	640	-	640
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	8.230	2.397	10.627	7.543	2.255	9.798
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(683)	(1.291)	(1.974)	(466)	(1.432)	(1.898)
Operações Descontinuadas						
Lucro (Prejuízo) após o Imposto do Exercício	7.547	1.106	8.653	7.077	823	7.900
Resultado Líquido do Exercício						
Lucro Por Ação						
Básico - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias	0,259668	-	0,297722	0,243497	-	0,271814
Diluído - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias	0,259668	-	0,297722	0,243497	-	0,271814
Lucro por Ação Originado das Operações em Continuidade						
Básico - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias	0,259668	-	0,297722	0,243497	-	0,271814
Diluído - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias	0,259668	-	0,297722	0,243497	-	0,271814

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

CNPJ: 08.600.252/0001-63

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

14.1 Efeitos de contabilização de contratos de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, a Companhia atua como prestador de serviço. A Companhia implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. A Companhia deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

(a) Contas a receber de clientes.

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma.

O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que este valores a receber, registrados na rubrica “Contas a receber de clientes”, passaram a ser considerados ativo financeiro a custo amortizado.

(b) Contas a receber ativo contratual

A Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que a Companhia recebe pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente de financeiro, estabelecida no início de cada projeto, que é de 8,16% a.a.; e (ii) atualizado pelo IPCA.

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

CNPJ: 08.600.252/0001-63

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Contas a receber ativo contratual”, como um ativo contratual, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos e encargos regulatórios - RGR e TFSEE registrados na conta “Contribuições e encargos regulatórios diferidos” no passivo não circulante.

14.2 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	87.542	64.469
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo financeiro da concessão	-	(33.531)
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(88.917)	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	38.611	10.473
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	<u>37.236</u>	<u>41.411</u>

14.3 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro líquido conforme contabilidade societária	8.653	7.900
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo financeiro da concessão	-	(2.255)
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(2.397)	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	1.291	1.432
Lucro líquido regulatório	<u>7.547</u>	<u>7.077</u>

15 Instrumentos financeiros

15.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

CNPJ: 08.600.252/0001-63

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

15.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, Concessionárias e permissionárias e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, Concessionárias e permissionárias como ativos financeiros pelo custo amortizado e fornecedores e debêntures como passivos financeiros pelo custo amortizado.

Debêntures: As debêntures são mensuradas por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

15.3 Hierarquia do valor justo

Mensuração do valor justo: a Companhia classifica e divulga os instrumentos financeiros da seguinte forma:

Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II- outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível III- técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia classificou como Nível II os saldos de equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

15.4 Análise de Sensibilidade

A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos de taxa de juros relacionadas aos instrumentos financeiros (Caixa e equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários são remunerados pelo CDI, e Debêntures que é atualizado pela DI) portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

15.5 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

15.5.1 Risco de crédito

(a) Contas a receber ativo financeiro

Risco de crédito - A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 888 usuários, com cláusula de garantia bancária. Não há risco de inadimplência, uma vez que a Companhia as contas a receber são garantidas pelo ONS.

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

CNPJ: 08.600.252/0001-63

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

15.5.2 Risco de liquidez

A principal fonte de caixa da Companhia é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

15.5.3 Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não possuía quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos.

15.5.4 Risco de taxas de juros

A atualização dos contratos de financiamento está vinculada a variação do CDI.

15.5.5 Risco de preço

As receitas da Companhia são reajustadas anualmente conforme as cláusulas previstas no contrato de concessão, pelo IPCA, sendo sujeitas a revisão tarifária que ocorre a cada 5 anos, limitada a 3 revisões, as quais consistem unicamente no ajuste do custo da dívida, caso seja aplicável, onde o regulador toma por base o custo da TJLP.

15.6 Risco operacional

15.6.1 Risco de interrupção do serviço

Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita a redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

15.6.2 Risco técnico

A infraestrutura das concessões é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários as recolocações das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

16 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica e odontológica, vale transporte, e vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possui quaisquer passivo atuarial decorrente dos benefícios oferecidos aos seus empregados. Os valores investidos em benefícios a empregados totalizam o valor de R\$ 218 em 31 de dezembro 2018 e R\$ 178 em 31 de dezembro de 2017.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.